

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RAFAEL CARLOS LIMA OLIVEIRA

A ironia de quem “formosa” te chamou!

A rua Formosa no processo de elitização do Anhangabaú (1877-1917)

Versão Corrigida

Volume 3

São Paulo

2021

RAFAEL CARLOS LIMA OLIVEIRA

A ironia de quem “formosa” te chamou!

A rua Formosa no processo de elitização do Anhangabaú (1877-1917)

Versão Corrigida

Volume 3

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências, curso História Social.

Área de concentração: Cultura Material e Visual, Historiografia e Documentação.

Orientadora: Solange Ferraz de Lima

São Paulo

2021

1.2. A genealogia da família Silva e as relações de posse

Como vimos anteriormente, a abertura da Formosa em 1853 seria resultado da concessão de créditos pelo então presidente da província, José Antônio Saraiva, e da doação do espaço por Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga, proprietário da Chácara do Chá. O loteamento daquele espaço, contudo, ocorreria apenas em 1876, ano da morte do Barão, sem que saibamos ao certo se o projeto fora encabeçado pelo genitor ou era apenas uma consequência de seu falecimento. Entretanto, apesar de ser considerada dona do Vale do Anhangabaú há mais de dois séculos, a maior parte das desapropriações da Formosa não seriam realizadas pela família Silva, mas sim pela família Prates, especificamente por Eduardo da Silva Prates, o Conde de Prates.

Todavia, Prates não se tornaria dono das terras do Anhangabaú logo após a morte do Barão de Itapetininga. Segundo a historiografia consolidada e outros estudos urbanísticos da região – dentre os quais citamos, a título de exemplo, o de Simões Junior (2004, p. 76), o de Candido Malta Campos (2002), o de Nuto Sant’Anna²⁸ (1944) e o de Hereñú (2007, p. 37-39) –, além de charges do período (figura 15), a construção do Viaduto do Chá nas terras da família Silva ocorreria somente “após um turbulento período de negociações envolvendo a desapropriação da residência do Barão de Tatuí, que ficava na base de apoio do viaduto, junto à rua Direita” (SIMÕES JUNIOR, 2004, p. 76). É válido lembrar, porém, que o sobrado destruído pertencia inicialmente ao Barão de Itapetininga, e não ao Barão de Tatuí, chegando as suas mãos somente após o falecimento deste.

Dessa forma, entender as relações familiares desses atores, construindo e pormenorizando suas genealogias, é vital para que possamos entender quem são os indivíduos que decidiram sobre a maior parte das modificações da Formosa, tanto no que tangia seu loteamento, quanto a construção das casas, como finalmente pela sua demolição. Para isso, esquematizamos a seguir (figura 16) parte da árvore genealógica das famílias Santos Silva, Mendes Silva, Prates, Paes de Barros, Silva Machado, Lacerda Jordão e Souza Aranha.

²⁸ “Foi assim que o povo, um dia, revoltado armou-se de picaretas e atacou, sem considerações, o velho sobrado dos barões, demolindo uma parte dele”. (SANT’ANNA, 1944).

6 de Maio —

1889 Tomada da Bastilha



Cantação popular

— 1889 —



temperatura 2000 exemplares

AS FORMIGAS-TANAJURAS EM S. PAULO, BRASIL.
DAS QUAS TANTO FALLOU O DIARIO MERCANTIL. v. 144 17.

On Jubulhastig
del' et Litta

Este quadro alegórico foi feito e vendido por ocasião da
tomada da Bastilha e do 6 de Maio de 1889 em São Paulo.
da Companhia Lit. 80 fls. — La 200. ed. in

V. a Provincia de S. Paulo de 25 de Maio 1889

FIGURA 15: Charge assinada por Jules Martin ridiculizando a destruição de parte do solar do Barão de Tatuí, visto sua incisiva resistência à desapropriação para construção do Viaduto do Chá (TOLEDO, 1996, p. 61).

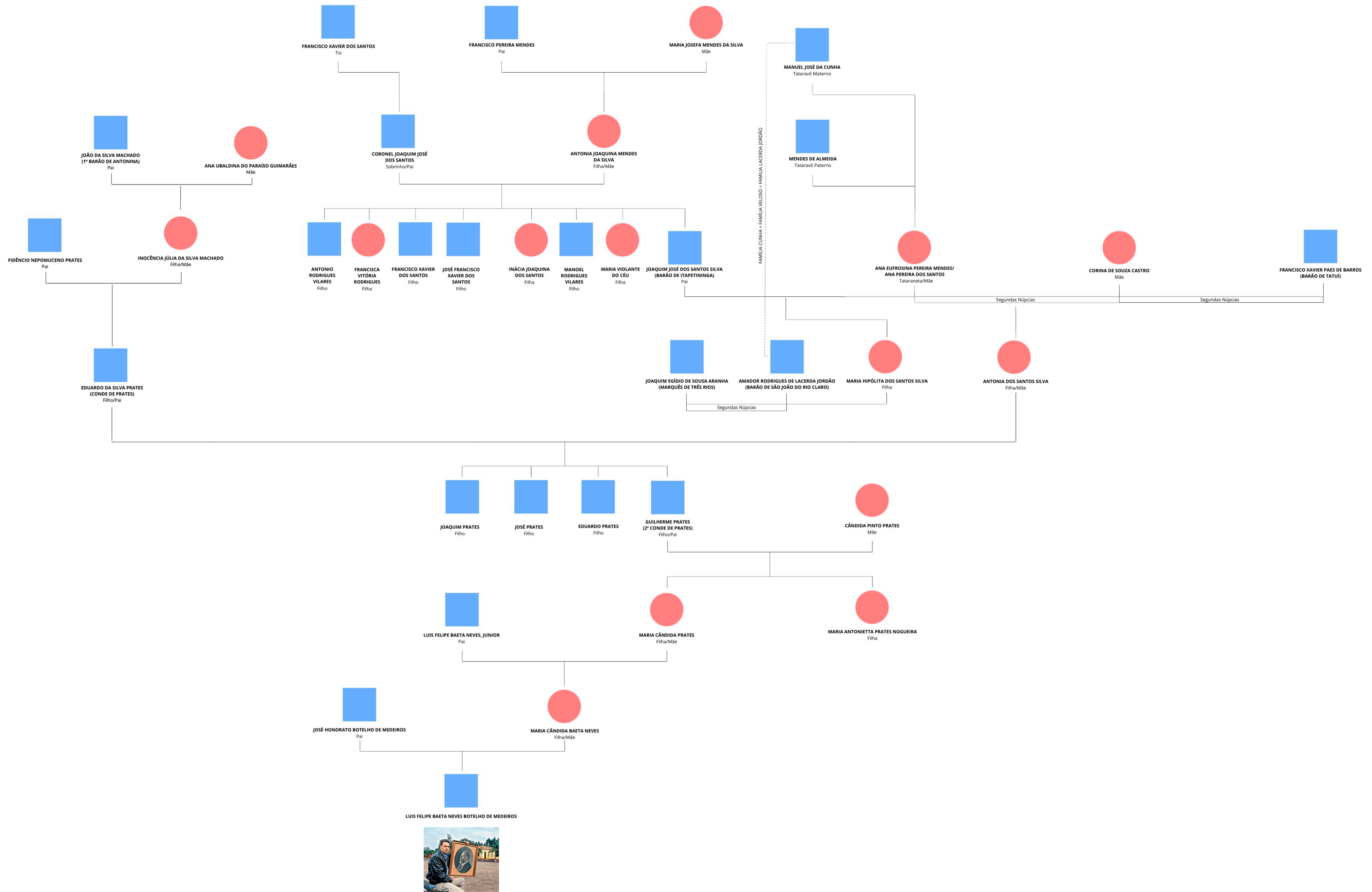


FIGURA 16: Recorte da genealogia das famílias Santos Silva, Mendes Silva, Prates, Paes de Barros, Silva Machado, Lacerda Jordão e Souza Aranha. Ao fim, fotografia de Luís Filipe Botelho de Medeiros, o último herdeiro vivo, com quadro de seu trisavô, o Conde de Prates. Produção nossa.

Os dados foram obtidos através do cruzamento de diversas fontes, como o trabalho da historiadora Maria Aparecida de Menezes Borrego para os anais do Museu Paulista, intitulado *Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo (séculos XVIII e XIX)*; a obra *Genealogia Paulistana*, do genealogista paulista Luís Gonzaga da Silva Leme, publicada em 1903; o livro *Nobreza de Portugal e do Brasil - Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia, Numismática*, do genealogista português Afonso Eduardo Martins Zúquete; e o *Dicionário das Famílias Brasileiras*, do historiador carioca Carlos Eduardo de Almeida Barata.

Se realizarmos um primeiro recorte (figura 17), é possível localizar Eduardo Prates em ligação com Antônia dos Santos Silva, de cujo casamento originaram Joaquim Prates, José Prates, Eduardo Prates e Guilherme Prates (para quem Eduardo transmitiria o título de nobreza, transformando-o no 2º conde de Prates). Prates é filho de Fidêncio Nepomuceno Prates com Inocência Júlia da Silva Machado que, por sua vez, é filha de Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães com João da Silva Machado, o 1º Barão de Antonina – título conferido por decreto imperial em 11 de setembro de 1843, por D. Pedro II, e grandezas recebidas em 13 de agosto de 1860. Seu título de Conde, contudo, não viria do avô, mas sim diretamente da Santa Sé em Roma, concedido no papado de Leão XIII (1878 - 1903) “pelos serviços que prestou no início da construção da Catedral [da Sé] e no Liceu Coração de Jesus”²⁹, ainda que não tenhamos encontrado com exatidão o ano de concessão (figura 18).

Antônia dos Santos Silva, por sua vez, é filha em segundas núpcias de seu pai, Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga – que recebeu o título por decreto imperial de Dom Pedro II em 23 de dezembro de 1863 – com Corina de Souza Castro, Baronesa de Itapetininga (figura 19). Com o falecimento do Barão, em 1876, Corina se casaria em segundas núpcias com Francisco Xavier Paes de Barros, o Barão de Tatuí – que recebeu o título por decreto imperial de Dom Pedro III de Portugal³⁰ –, em 16 de julho de 1881, tornando-se, além de Baronesa de Itapetininga, Baronesa-Consorte de Tatuí.

²⁹ Segundo nos informa o dicionário de ruas da prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://dicionario.deruas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-conde-prates>. Acessado em 10/12/2020.

³⁰ Livro do Registro dos Brasões de Armas da Nobreza de Portugal - Cartório de Nobreza, Fol. 36.

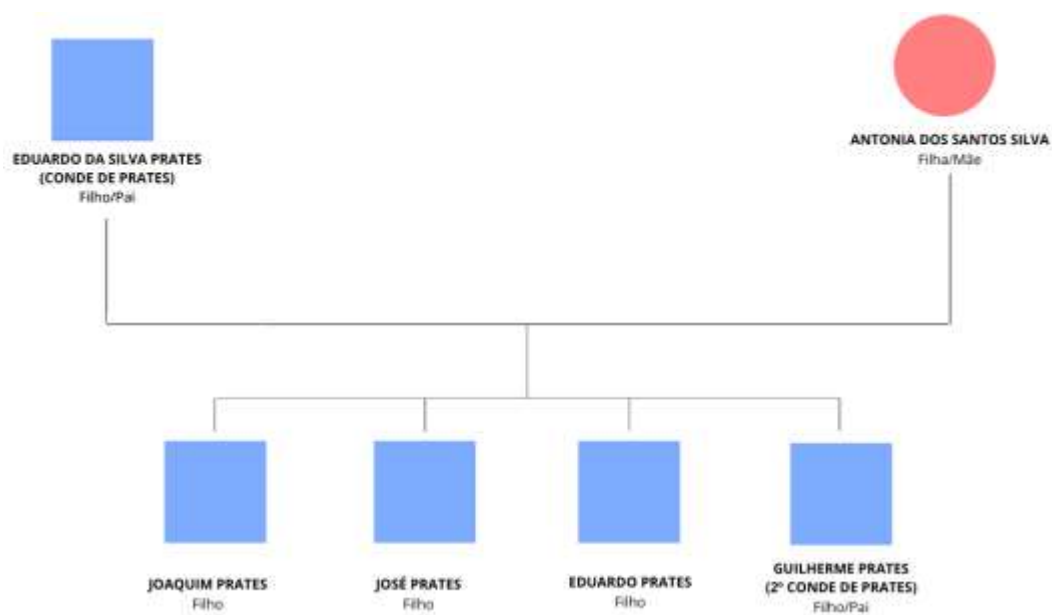


FIGURA 17: Recorte da genealogia, contemplando Eduardo Prates, o Conde de Prates e Antônia dos Santos Silva com seus quatro filhos: Joaquim Prates, José Prates, Eduardo Prates e Guilherme Prates, o 2º Conde de Prates.

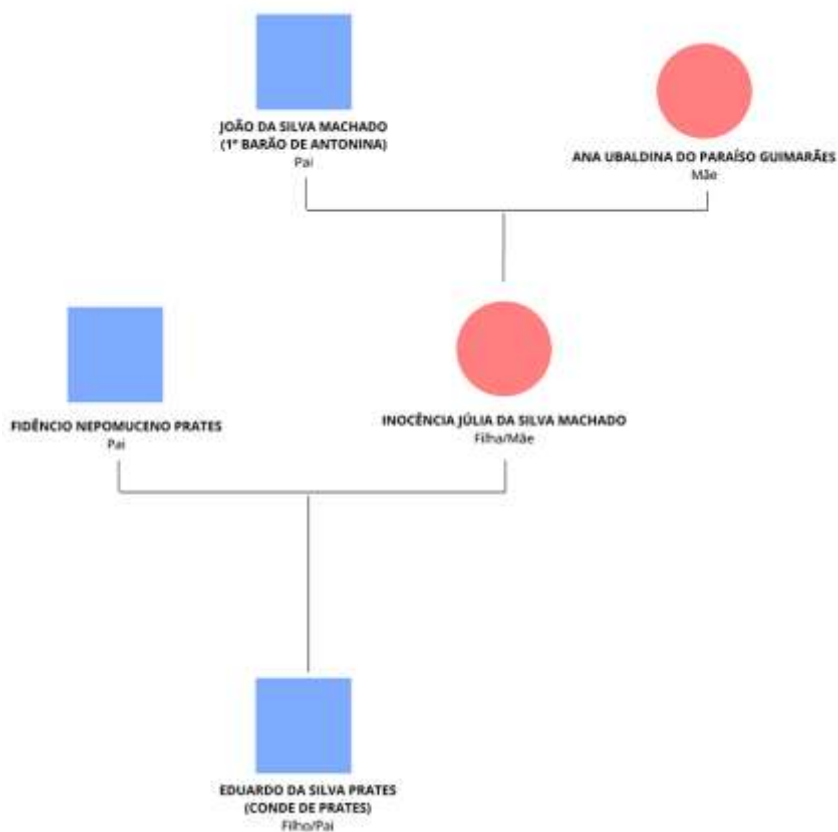


FIGURA 18: Recorte da genealogia, contemplando Eduardo Prates com seus pais, Fidêncio Nepomuceno Prates e Inocência Júlia da Silva Machado, e seus avós maternos, Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães e João da Silva Machado, o 1º Barão de Antonina.

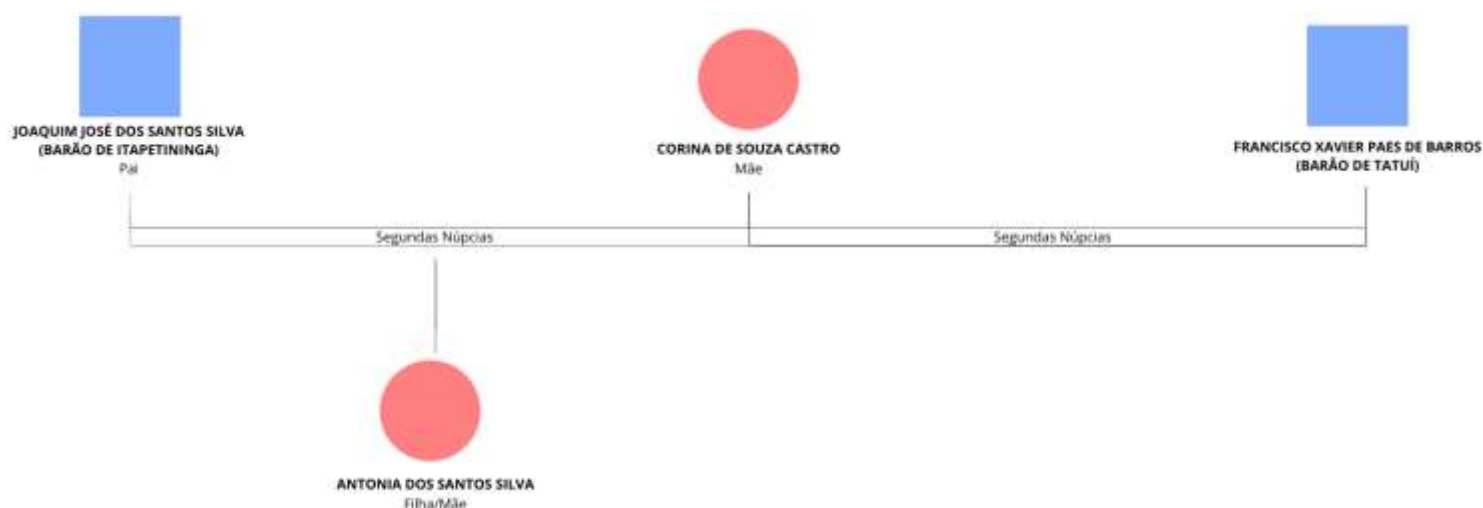


FIGURA 19: Recorte da genealogia, contemplando Antônia dos Santos Silva com seus pais, Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga, e Corina de Souza Castro, casados nas segundas núpcias do Barão. Além disso, está presente também Francisco Xavier Paes de Barros, o Barão de Tatuí, casado em segundas núpcias com Corina já viúva e, portanto, padrasto de Antônia.

Antes do seu casamento com Corina, o Barão de Itapetininga, por sua vez, já havia sido casado em primeiras núpcias com Ana Eufrosina Pereira Mendes, sendo fruto dessa união Maria Hipólita dos Santos Silva, casada em primeiras núpcias com Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, Barão de São João do Rio Claro – título concedido pelo Imperador Pedro II em 1849 –, responsável por fundar a fazenda Santa Gertrudes na gleba denominada Laranja Azeda, pertencente a sesmaria do Morro Azul, herdado de sua mãe; e em segundas núpcias com Joaquim Egídio de Souza Aranha, Marquês de Três Rios – título concedido pelo imperador Dom Pedro II em 07 de maio de 1887 (figura 20). A fazenda do Barão de São João do Rio Claro, Santa Gertrudes, assim como as terras do Chá, também terminariam nas mãos do Conde de Prates, sendo que esta primeira ainda é parte do patrimônio de seus descendentes, especialmente de Luís Felipe Baeta Neves Botelho de Medeiros, trineto do Conde.

O Barão de Itapetininga, em análise mais profunda, é filho de Antônia Joaquina Mendes da Silva com o Coronel Joaquim José dos Santos, considerado pelos dados da décima urbana de 1809 um dos 20 maiores detentores de patrimônio imobiliário da cidade de São Paulo³¹ e sobrinho paterno de Francisco Xavier dos Santos (figura 21). Seria através da herança de seu tio-avô que o Barão de Itapetininga herdaria a Chácara do Chá, considerada a sua propriedade mais célebre.

³¹ BORREGO, 2001, p. 20.



FIGURA 20: Recorte da genealogia, contemplando Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga, com sua primeira esposa, Ana Eufrosina Pereira Mendes/Ana Pereira dos Santos e a filha do casal, Maria Hipólita dos Santos Silva. Além disso, vemos os dois casamentos de Maria Hipólita: o primeiro com Amador Rodrigues de Lacerda Jordão, Barão de São João do Rio Claro, e o segundo com Joaquim Egídio de Sousa Aranha, o Marquês de Três Rios.

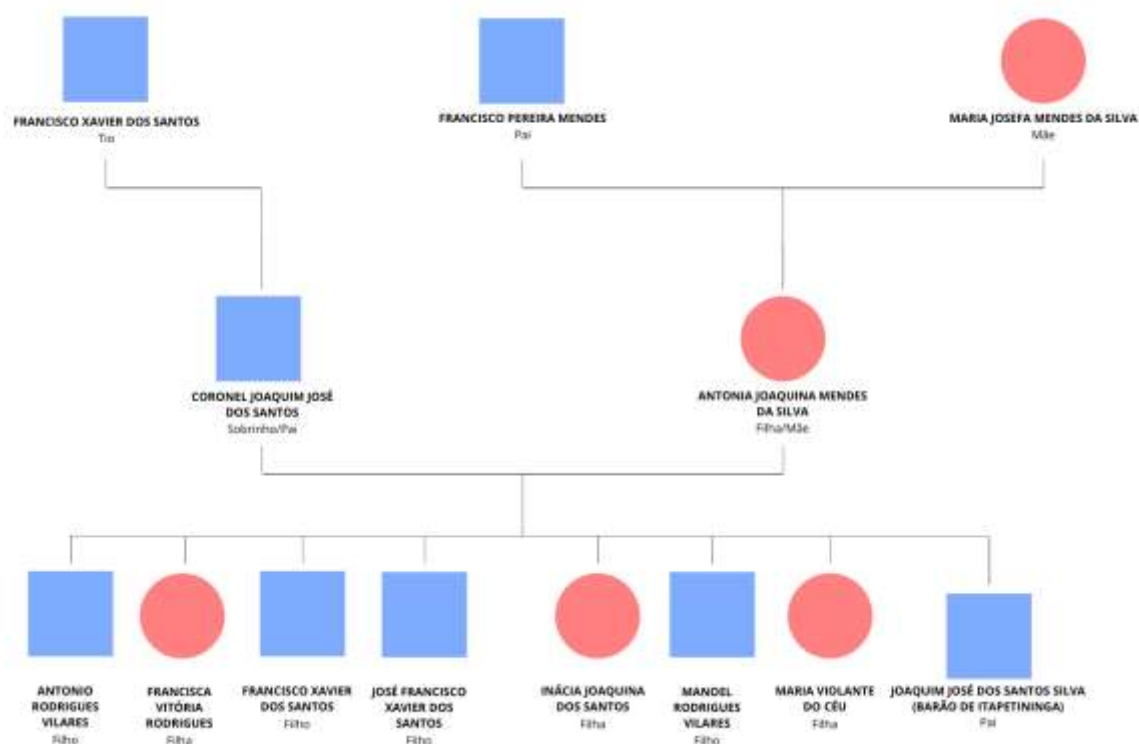


FIGURA 21: Recorte da genealogia, contemplando Joaquim José dos Santos Silva, o Barão de Itapetininga, com seus pais, o Coronel Joaquim José dos Santos e Antônia Joaquina Mendes da Silva, juntamente de seus sete irmãos. Aqui, chamamos atenção para sua ligação com Francisco Xavier dos Santos, seu tio-avô e dono original das terras do Anhangabaú.

Com a morte do Barão de Itapetininga, em 11 de julho de 1876, suas posses seriam inventariadas para a divisão entre os herdeiros: suas duas filhas, Maria Hipólita dos Santos Silva e Ana dos Santos Silva; e sua segunda esposa, Corina de Souza Castro. Esse evento, contudo, é marcado por um imenso lapso documental. Não encontramos – em nenhum dos diversos acervos pesquisados – o paradeiro do inventário do Barão, o que impede que compreendamos quais eram os seus bens no momento do falecimento e de que modo foi realizado a partilha entre os entes elegíveis. O único resquício recuperado desse processo, aparentemente bastante longo e conflituoso, encontra-se na biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF), se tratando da “Appellação Cível n. 251”, impetrado na Tribuna da Relação de São Paulo em 1876.

Ao que nos conta, Corina de Souza Castro, Baronesa de Itapetininga, recorre ao tribunal contra uma ação apresentada tempos antes por sua filha, Antônia Joaquina dos Santos Silva, em conluio com sua meia-irmã, Maria Hipólita dos Santos Silva, aqui representada por seu segundo marido, Joaquim Egídio de Sousa Aranha, ainda Barão de Três Rios. Antônia e Maria Hipólita recorrem a justiça paulista para contestar o casamento de Corina de Souza Castro com o Barão de Itapetininga, afirmando não haver constado comunhão de bens nas cláusulas do contrato matrimonial. Ao fazê-lo, visam inviabilizar a participação de Corina na divisão dos bens, o que, se fosse julgado procedente, ocorreria apenas entre as duas meias-irmãs.

Corina, por sua vez, protesta afirmando não fazer sentido ter se casado com Joaquim José dos Santos Silva sem que houvesse comunhão de bens, uma vez que era a forma de laço matrimonial mais comum no período imperial. Apesar disso, informa não ter conhecimento de qual era o tabelião de notas que havia lavrado a escritura de seu casamento. Diz também que, por solicitação de Silva, teria assinado um documento desconhecido, dando-se conta somente depois que se tratava de uma escritura para retirava seu direito sobre a herança. Logo, sem saber o que fazer, preferiu esperar até o falecimento de Silva, caso ocorresse primeiro, para que fosse constatado o óbvio: que havia sido enganada pelo próprio marido e, portanto, lesada na forma como a partilha de bens deveria acontecer.

“A appellante, tendo sido pedida em casamento pelo finado commendador Joaquim José dos Santos Silva, depois Barão de Itapetininga, lembra-se de ter assignado uma escriptura em um livro que foi levado á sua casa, ignorando então as disposições da mesma escriptura, e não sabendo mesmo qual o tabellião que a lavrara. Mais tarde, depois de casada, soube qual o effeito de sua assignatura n’aquelle papel; mas nada podia fazer *ob*

reverentiam. [...] Devia, pois, esperar que, por ocasião do inventário de seu marido, se este falecesse primeiro, como aconteceu, seria verificada como questão prejudicial das partilhas a forma do seu casamento. Não o entendeu assim o Juiz de Orphams, o qual foi dando por decidido que entre a appellante e o seu finado marido não havia communhão de bens. [...] Não se trata de uma questão de *alta indagação*. [...] O casamento, no nosso paiz, presume-se feito segundo o costume do Império, isto é, por communhão de bens.”³²

O documento, contudo, traz apenas a apelação de Corina ao tribunal, de modo que não consta a decisão final tomada sobre esse processo. Apesar disso, tendo como base a bibliografia consolidada e o Edital de Imposto de Muros de 1882 – fonte documental que nos aprofundaremos no próximo item – sabemos que parte dessa herança – o que incluía o palacete de Silva e seus terrenos no Chá – chegaria ao Barão de Tatuí, esposo por segundas núpcias de Corina, transformando-o no maior proprietário da região. Por outro lado, a maior parte das desapropriações da Formosa, realizadas futuramente para a construção do Parque Anhangabaú, não seriam realizadas por Tatuí, mas sim por Eduardo Prates em parceria com o engenheiro Samuel das Neves.

Essa mudança na posse das terras, assim como na morte do Barão de Itapetininga, é marcada por um imenso lapso documental. Não obstante, achamos ser possível fazer algumas suposições. Joaquim José dos Santos Silva falece em 1876, momento em que suas terras no Chá são (ou estavam sendo) loteadas para criação do novo bairro. Após o imbróglio para a partilha de seus bens, Francisco Xavier Pais de Barros assume como novo dono por ser recém-casado com a então viúva, Corina de Souza Castro. Barros falece apenas em 1914, mas terras do Chá, contudo, já haviam sido formalmente desapropriadas em 1911 por Eduardo Prates. Este, por sua vez, faleceria somente em 1928.

Tendo em vista as claras rugas entre Corina e sua filha, Antônia, pela herança do finado Barão, achamos difícil que esta tenha concedido um terreno tão grande e valioso a sua primogênita de bom grado. Logo, a única explicação plausível é que, entre 1876 e 1911, Corina tenha vindo a falecer, de modo que sua herança foi automaticamente destinada a única filha. Este cenário expõe para nós, contudo, as ironias infelizes da pesquisa historiográfica. Quando Itapetininga falece, em 1876, a

³² Inventario do finado Barão de Itapetininga: apelação civil n. 251, São Paulo: a Baroneza de Itapetininga, appellante: o Barão de Tres Rios por cabeça de sua mulher e D. Antonia Joaquina dos Santos Silva, appellados (sic) / João Mendes de Almeida. -- Imprensa: São Paulo, Typ. da Provincia de São Paulo, 1876. p. 9-10.

construção das casas que estudamos ainda não havia sido sequer iniciada, visto que o terreno estava em processo de loteamento. Quando Tatuí falece, em 1914, a propriedade não mais lhe pertence. O mesmo se aplica a Prates, em 1926. Dessa forma, o único documento oficial com informações robustas sobre a quantidade de imóveis da Formosa pertencentes a família Silva – bem como o ano de suas construções, seus tamanhos, suas características, valores, subdivisões internas, arrendatários, móveis e outras miudezas – residiria no possível inventário de Corina. Todavia, apesar de Baronesa de Itapetininga e Baronesa-Consorte de Tatuí, ambos os títulos obtidos pelo casamento, Corina não seria para a história um personagem de inventários. O documento, se existiu, muito provavelmente se perdeu no tempo, sem que fosse possível saber o seu conteúdo. Contudo, se apenas não foi encontrado, pode ser a chave compreensiva de um aspecto que, para nós, segue como um mistério.